

**A DESVALORIZAÇÃO DO LOCAL
NAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO PAMPA:
no Correio do Povo e em Zero Hora¹**

**THE DEVALUATION OF THE LOCAL SOCIAL
REPRESENTATIONS OF THE PAMPA:
from Correio do Povo and Zero Hora**

Eliege Maria Fante²

Resumo: A desvalorização do local nas representações sociais do bioma Pampa marcaram a cobertura de dois importantes jornais do RS, Correio do Povo (CP) e Zero Hora (ZH), sobre a implantação da silvicultura, entre abril de 2007 e abril de 2008. A constatação se baseia nos resultados da dissertação de mestrado defendida em 2012 cujos objetivos foram atendidos com a emergência das informações através da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2009) bem como do aporte teórico-metodológico da Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 1978; 2007). Ao defenderem uma "alteração" (CP) e uma "transformação" (ZH) na denominada, pelos diários, "Metade Sul" do RS, e assim invisibilizando o bioma Pampa e os impactos decorrentes, os jornais desvalorizaram: a biodiversidade sulina, as outras atividades econômicas, a cultura pampiana. A cobertura jornalística sob análise contribuiu para o obscurecimento, para a sociedade, da real ameaça de substituição do Pampa pela silvicultura científica e suas monoculturas de árvores exóticas.

Palavras-Chave: Jornalismo, Representações Sociais, bioma Pampa

Abstract: The devaluation of the local social representations of the Pampa biome marked coverage of two major newspapers, Correio do Povo (CP) and Zero Hora (ZH), on the implementation of forestry, between April 2007 and April 2008. The finding is based on the results of the master's thesis defended in 2012 whose goals were met with the emergence of the information through content Analysis (BARDIN, 2009) as well as the theoretical-methodological contribution of the theory of social representations (MOSCOVICI, 1978; 2003). To defend a "change" (CP) and a "transformation" (ZH) named, by the newspapers, "southern half" of RS, and so to make invisible the Pampa biome and impacts arising, the newspapers has fallen: biodiversity, the other economic activities, the local

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Sociedade Civil do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de 10 a 12 de maio de 2017.

² Jornalista, mestra em Comunicação e Informação pelo PPGCOM UFRGS e doutoranda no mesmo Programa. Integra a ONG Núcleo de Ecojornalistas do RS e o Grupo de Pesquisa em Jornalismo Ambiental CNPq-UFRGS. E-mail: gippcom@gmail.com

culture. The coverage under review contributed to the obfuscation, for society, the real threat of replacement of Pampa for scientific forestry and their monocultures of exotic trees.

Keywords: Journalism. Social Representations. Biome Pampa.

1 Introdução

A desvalorização do local nas representações sociais do bioma Pampa marcou a cobertura de dois importantes jornais do RS, Correio do Povo (CP) e Zero Hora (ZH), sobre a implantação da silvicultura. A análise (BARDIN, 2009; MOSCOVICI, 1978) das notícias sobre a construção e aprovação do Zoneamento Ambiental da Silvicultura, documento regulador do plantio de árvores exóticas para produção de celulose em diversos pontos do Estado principalmente no bioma Pampa, entre 2007 e 2008, foi o tema da minha dissertação de mestrado defendida em 2012. Vimos circular as seguintes representações sociais (MOSCOVICI, 1978; 2007): de um lugar de perda da biodiversidade em decorrência dos maus usos dos bens do bioma, um lugar dependente de uma “alteração” a ser feita com cuidados ambientais considerando mais os supostos benefícios econômicos, conforme o Correio do Povo; de um lugar dependente de imprescindível “transformação” pelas alternativas econômicas externas ao bioma, um lugar de obstáculo, empecilho ao desenvolvimento econômico e social, segundo o Zero Hora.

O bioma Pampa circulou no *corpus* em 25 (10%) das 246 notícias, sendo que 161 foram selecionadas do CP e 85 do ZH. Portanto, na maior parte das notícias a circulação foi latente, ou seja, através da predominância dos nomes dos municípios que estavam recebendo ou receberiam os plantios arbóreos e/ou através da designação “Metade Sul”, o que explicita a opção pela invisibilidade do bioma. Esta opção já mostra uma das formas de desvalorização do bioma. A outra foi o predomínio da abordagem a favor da implantação da silvicultura no Pampa considerando apenas os investimentos a serem feitos pelas empresas. Na segunda e terceira partes deste trabalho aprofundaremos a exposição destes resultados.

Os campos eram encontrados nos três estados da Região Sul do Brasil, mas hoje os remanescentes se concentram no bioma Pampa no RS e em algumas áreas

em Santa Catarina e Paraná. A seguir (FIG. 1) veremos: à esquerda, o bioma Pampa no mapa da Região Sul do Brasil; à direita, o mesmo colorido e os campos sulinos no bioma Mata Atlântica e, em Santa Catarina e no Paraná. E ainda, em amarelo, a representação feita em 2002 de áreas de campos conservados. Em vermelho temos a extensão de campo suprimida.

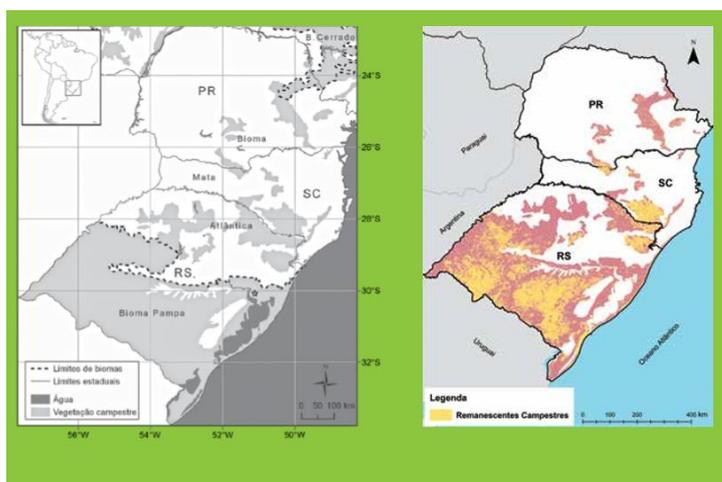


FIGURA 1 - Campos originais e registro da supressão
FONTE - Reprodução de PILLAR; LANGE, 2015, p. 35.

A conversão promovida pelo agronegócio provocou a descaracterização original da paisagem, desatamento dos laços comunitários e a extinção de espécies da biodiversidade. Por isso, a Rede de Pesquisa Científica Campos Sulinos entende que o “[...] uso pastoril dos campos preserva a vegetação nativa e é essencial para manter paisagens com muitas espécies nativas de plantas e animais.”. A seguir, a explicação sobre a relação disso com a espécie humana:

Nos campos encontramos capins flechilhas, capim-caninha, barba-de-bode, santa-fé, grama forquilha, macegas, chircas, gravatás, carquejas, marcelas, vassouras, pega-pega, e outras ervas, arbustos e árvores de muitos tipos. Também estão presentes borboletas, mariposas, formigas, aranhas, cascudos, ácaros, tatus, zorrilhos, emas, quero-queros, perdizes, perdigões, corujas, gaviões, chimangos, capivaras, graxains e muitos outros animais, incluindo bovinos, equinos e ovinos domesticados, e a diversidade extraordinária e pouco conhecida de bactérias e fungos. Todos esses organismos formam uma complexa teia de relações que garantem a integridade das paisagens campestres e dos serviços ambientais. Além da forragem para o gado, esses campos provêm serviços ambientais essenciais para o benefício de toda a sociedade. Alguns exemplos: as nascentes dos principais rios dessa região são ou já foram áreas

campestres; os solos campestres contêm grandes estoques de carbono com alto valor para a mitigação de mudanças climáticas; e, as paisagens campestres atraem, emocionam, e inspiram as populações humanas, cada vez mais urbanas. (PILLAR; LANGE, 2015, p. 9).

No entanto, a cobertura dos jornais desconectada da plural biodiversidade do país fez, e ainda faz o público ignorar que, em áreas de campos ocorre a supressão da vegetação nativa para o plantio de árvores exóticas e, em áreas de floresta como na Amazônia é feito o desmatamento para a ampliação de áreas de pecuária com pastagens plantadas (PILLAR; LANGE; 2015). Assim, além da desvalorização do local, invisibilizando o bioma e as fontes de informações atinentes, o jornalismo analisado evidenciou a incoerência do discurso que reproduziu das fontes oficiais, tornando incoerente e improvável também o seu discurso de sustentabilidade econômica e ecológica para a dita “Metade Sul” do RS ou o bioma Pampa.

2 A desvalorização do local nos dados da pesquisa

Segundo Pillar e Lange (2015), a principal causa da perda de área de campo nativo com todos os impactos sobre a biodiversidade e a cultura pampiana é a conversão para a silvicultura (ao lado do trio soja, milho e arroz). Não obstante houvesse fontes jornalísticas disponíveis no período para explicar esta realidade, como professores e pesquisadores de universidades e/ou integrantes de ONG's e entidades ambientalistas assim como técnicos dos órgãos ambientais (federal e estadual), a preferência dos jornais foi pela difusão e propagação do discurso das fontes oficiais ligadas ao poder político e econômico, ou seja, principalmente do governo estadual e diretores das empresas da silvicultura (na época Aracruz, Stora Enso e Votorantim). A diretora-presidente da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler (Fepam) Ana Maria Pellini foi a mais ouvida por ambos os jornais, mais do que o próprio secretário de Estado de Meio Ambiente e do que a governadora Yeda Crusius (coligação Rio Grande Afirmativo: PSDB, PFL, PPS entre 2007-2011).

A consequência desta abordagem foi o obscurecimento para a sociedade da real ameaça de substituição do Pampa pela silvicultura científica e suas monoculturas de árvores exóticas e clonadas. A escolha da fonte jornalística indica

ou ao menos sugere as tendências da cobertura noticiosa e, de fato, o bioma Pampa apareceu em 100% das notícias nas quais professores e pesquisadores de universidades e/ou integrantes de ONG's e entidades ambientalistas assim como técnicos de órgãos ambientais dos governos (estadual e federal) foram ouvidos. Já o poder político fez em todo o *corpus* apenas uma manifestação. Trata-se da cobertura que o Correio do Povo fez do evento de divulgação sobre o Dia do Bioma Pampa, momento em que um técnico do Ibama questionou a então diretora-presidente da Fepam sobre as licenças concedidas. Ana Maria Pellini confirmou que 97% das áreas³ com licenças para a silvicultura estavam no Pampa.

Ao compararmos a abordagem dos jornais, percebemos que, não obstante o CP tenha representado o Pampa como dependente de uma “alteração” através da alternativa econômica silvicultura, mostrou o bioma como um propulsor de negócios ao tratar da carne pampiana com certificação de origem geográfica⁴. Assim como o ZH que defendeu a transformação do bioma, mas destacou o cultivo da uva e a produção de vinho no quadro da notícia “Produção no Pampa”⁵, onde cita a existência de seis vinícolas. Ambas as atividades econômicas destacadas pelos jornais dependem das características do bioma, da sua biodiversidade para progredir. Estes exemplos evidenciam o acesso dos jornais à economia diversificada da “Metade Sul” e não tão dependente assim daquela política voltada à silvicultura.

De fato, tanto o CP quanto o ZH poderiam ter construído notícias que abordassem outras culturas e as outras atividades econômicas vigentes. Além do que já era do seu conhecimento, o governo estadual incentivava naquele período ao menos outras 16 atividades⁶ através de duas secretarias. O que justificaria a limitação dos veículos a apenas uma delas, a silvicultura, já que ambos os jornais expressavam uma suposta preocupação com a geração de empregos e desenvolvimento da Metade Sul? O que mais haveria além do grande investimento

³ CP. Data oficial vai lembrar e marcar o bioma Pampa. 18 dez. 2007, p. 17.

⁴ CP. Carne do Pampa conquista mercado. 21 abr. 2008, p. 10.

⁵ ZH. Hora de poda na Metade Sul. 10 ago. 2007, p. 36.

⁶ Cabia à Secretaria de Agricultura, Pecuária e Agronegócio o fomento de: apicultura, cana-de-açúcar, pescado, suinocultura, avicultura, floricultura, horticultura, erva-mate, milho e citricultura. Já a Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo trabalhava com a organização, produção de alimentos e resgate das culturas indígenas e negra, aqüicultura, pesca, turismo rural e artesanato. (FANTE, 2012, p. 83).

em publicidade feito nos jornais pelas empresas e a ignorância e incompreensão sobre a riqueza do Pampa? Atribuímos esta limitação à desvalorização do local, portanto, do bioma Pampa ou da referida “Metade Sul” do RS. Enquanto o interesse público não é atendido integralmente, ambos os jornais veem cair a sua circulação. De acordo com a Associação Nacional de Jornais (ANJ)⁷, a média de circulação paga com o ano referência 2015 do CP⁸ foi de 102.335 exemplares, e do ZH⁹ foi de 152.573 exemplares. A seguir (TAB. 1), confirmaremos a queda na venda de exemplares impressos que ambos sofreram em comparação com a circulação no período de nossa análise:

TABELA 1
Circulação paga de impressos

Exemplares por dia	Correio do Povo	Zero Hora
2007	154.188 mil	176.412
2008	155.569 mil	179.934 mil

FONTE: FANTE, 2017.

O Correio do Povo fez a única notícia de todo o *corpus* que relacionou as características do bioma às ameaças que ganhavam robustez: “Pampa muda suas características originais” (CP, 23 set. 2007, p. 16). Contudo, ainda que tenha sido este o texto mais completo sobre o debate da silvicultura no Pampa, apresentou a insistência ou a incompreensão no uso de “florestas plantadas” em vez de monocultura de árvores ou lavoura de árvores, além da não problematização da pauta:

[...] [é preciso] dizer além de que o bioma está mudando, desaparecendo, sumindo ou sofrendo redução, porque pode passar ao leitor a sensação de que não há como reagir a força dessa correnteza global. Comumente são deixadas de lado nas pautas as consequências imediatas e/ou cumulativas as pessoas e aos seus descendentes devido ao comprometimento dos ecossistemas [...]. (FANTE, 2012, p. 89).

⁷ Disponível em: < <http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/> > Acesso em: abr. 2017.

⁸ O Correio do Povo pertenceu desde o surgimento em 1895 ao Grupo Caldas Júnior, até 1984 quando a família Bastos Ribeiro assumiu a direção. E, em 2007, acabou vendido ao lado da rádio Guaíba e da TV Guaíba ao Grupo Record, pertencente à Igreja Universal.

⁹ O Jornal Zero Hora pertence ao grupo RBS (Rede Brasil Sul de Comunicação) e completa 53 anos em 2017.

Atitude diferente teve o ZH que, após a aprovação do Zoneamento, celebrou a substituição dos campos em “A metade sul depois da floresta” (ZH, 30 mar. 2008, p. 26), onde lemos: “O quanto os investimentos das gigantes da celulose Aracruz, Stora Enso e Votorantim seriam capazes de transformar o revestimento ondulado e ralo do pampa gaúcho?”. Este desprezo à riqueza da biodiversidade local se exacerba ao tomarmos conhecimento dos resultados de pesquisas, como a que registrou 56 espécies de vegetação campestre na unidade amostral de um metro quadrado em um campo de solo raso em Quaraí¹⁰, sendo que é comum o registro de cerca de 40 espécies nos solos da Campanha gaúcha.

Nem ao noticiar a criação da lei que determinou o Dia do Bioma Pampa¹¹, ZH cedeu uma alusão à implantação da silvicultura. Ao passo que o CP construiu três notícias¹² sobre o referido Decreto federal e a relação do bioma com a implantação das lavouras arbóreas.

A própria referência ao movimento ambiental expressou a disposição à invisibilidade do que é local, além da tentativa de mostrar a derrota do mesmo diante da aprovação do Zoneamento¹³ em acordo com os interesses políticos e econômicos privilegiados pelos jornais. Este é o caso do ZH que apresentou as bandeiras ecológicas antigas e atuais sem mencionar o bioma Pampa na notícia “A nova cara do ambientalismo” (ZH, 12 abr. 2008, p. 5).

A questão da redução ou não da Faixa de Fronteira¹⁴ entra em debate com frequência no RS e relacionada aos interesses de empresas estrangeiras. O Exército brasileiro é contrário à redução da largura de 150 km. A defesa desta redução para apenas 50 km vem dos políticos eleitos, em especial aqueles com financiamentos de campanhas por empresas com interesses nos municípios localizados na Faixa. O argumento se repete: “flexibilizar” a legislação brasileira para

¹⁰Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/redecampossulinos/wordpress/wp-content/uploads/2015/03/Slide13.jpg>> Acesso em: abr. 2017.

¹¹ ZH. Decreto de Lula cria o Dia do Bioma Pampa. 15 dez. 2007. p. 48.

¹² CP. Bioma Pampa Ganha homenagem. 16 dez. 2007. Capa.

¹³ O Zoneamento foi aprovado no Consema sem os índices e limites mais importantes para a atividade da silvicultura em 9 de abril de 2008.

¹⁴ Lei 6.634/79 regulamentada pelo Decreto 85.064/80. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm> Acesso em: abr. 2017.

“viabilizar o desenvolvimento” através da compra de terras por estrangeiros e, no período da cobertura analisada, a multinacional Stora Enso já tinha adquirido terras e iniciado os plantios¹⁵. Todavia, o jornalismo, mesmo sendo uma forma de conhecimento, permitiu-se ignorar o Pampa e a própria Faixa de Fronteira de uma só vez. A notícia “Brigada investe contra invasoras” (CP, 05 mar. 2007, p. 20), retrata a ocupação pela Via Campesina da fazenda de dois mil hectares da Stora Enso em Rosário da Sul, em pleno território da Faixa de Fronteira. O movimento social é criminalizado pela invasão a uma propriedade privada, mas a compra de área brasileira por estrangeiros nem sequer é mencionada na notícia. Na matéria assinada lemos:

As lideranças do movimento alegam que a aquisição das terras por parte da Stora Enso não seria legítima, pois além de agredir **o que chamam** de “bioma pampa”, o empreendimento situa-se dentro da faixa de fronteira, **o que seria** proibido por lei federal. (aspas originais, negrito nosso).

O jornalista não teve tempo de confirmar as informações que desconhecia? Tampouco o editor? Mas será que ainda temos jornalismo e comunicação sem apurar nem ter tempo para refletir a nossa prática antes da publicação em meio às rotinas produtivas cada vez mais aceleradas? Este resultado também nos estimula a pensar na importância de haver diversos jornalismo, ou seja, de múltiplas origens e portes de empresas/grupos/associações/etc., em contraposição ao modelo atual de concentração de meios nas mãos de poucas empresas, quando não de poucas famílias, além do patrocínio com recursos públicos direcionado aos grandes grupos de comunicação. Somente desta maneira pode existir pluralismo no jornalismo e na comunicação.

A posição dos jornais foi de muita reprodução do dizer da fonte e pouca ou nenhuma problematização. O CP ao menos ouviu e publicou as palavras dos técnicos da Fepam (órgão ambiental responsável pelo licenciamento) além daquela dos empresários. A reflexão sempre fica para o público leitor, mas o jornalismo também deve disponibilizar os fundamentos. A nossa problematização feita a partir da leitura de cada notícia nos indica uma cumplicidade deste jornalismo com as

¹⁵ Através da Azenglever Agropecuária LTDA – ME. A consulta ao quadro de sócios e administradores na Receita Federal através do CNPJ da empresa, consta como nome empresarial: STORA ENSO FLORESTAL RS LTDA. A abertura do cadastro data de 01 jun. 2006 e permanece ativo.

empresas. A repetição dos seus argumentos e a adoção das suas expressões, até mesmo prejudicando a veracidade da informação em relação ao ato de licenciar¹⁶, além de obscurecer a ameaça de substituição do bioma Pampa simplificou e tendeu à anulação do trabalho especializado dos técnicos servidores públicos, que podem ser de diversas áreas como Biologia, Engenharia florestal, Geologia, Química e etc., em cumprimento às leis federal e estadual vigentes de proteção ao meio ambiente. A seguir veremos as expressões mais frequentes utilizadas pelos jornais:

No CP, a maior parte delas decorreu do verbo “liberar”, num total de 23 frequências. Em segundo, as expressões mais frequentes decorreram do verbo “conceder”, ao todo 17. Em terceiro, citam-se outras expressões que apareceram [...] com menos frequência, mas que também podem indicar a ideia do jornalismo sobre licenciamento ambiental [...]: agilizar [...], fornecer, emitir, dar vazão, desafogar, destravar, pendências, entrave ambiental, demora.

Em ZH, a maior parte das expressões empregadas sobre o licenciamento ambiental também decorria do verbo “liberar” (16). A expressão “impasse florestal” também apareceu tanto em cartolas e linhas de apoio quanto no corpo de notícias (14). O “entrave burocrático” ou “no cronograma das empresas”, dentre outros formatos, ocupou o terceiro lugar (11) na frequência das expressões em ZH. As expressões vistas com menos frequência no CP, também foram multiplicadas por ZH. Por último, destaca-se uma das combinações feitas entre essas expressões, no intuito, supõe-se, de pressionar para a obtenção do licenciamento ambiental esperado pelas empresas de celulose e o governo do Estado. Trata-se da notícia de ZH, de 24 de setembro de 2007, p. 36, da qual a linha de apoio ao título situa o leitor para o acontecimento: “Possibilidade de suspensão de investimentos no Estado colabora para **acelerar** o processo de **liberação** das áreas.”. [...]. (FANTE, 2012, p.94-95, aspas e negritos originais).

A grita das empresas referente ao propagado prejuízo que estariam sofrendo e por isso pressionaram o governo estadual até mesmo com a ameaça de rompimento de contratos (firmados além do governo com empresas locais fornecedoras dos seus insumos e proprietários de áreas vendidas ou arrendadas para o plantio arbóreo)

¹⁶ Em acordo com o artigo primeiro da Resolução do Conama 237/1997, lemos: “I - Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso. II - Licença Ambiental: ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental.”. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>> Acesso em: abr. 2017.

tinha, sim, a ver com o atraso do seu cronograma, mas não com o atraso no processo de licenciamento do Estado. Conforme o publicado pelo CP (01 mai. 2007, p. ...), “[...] as queixas podem ser atribuídas à inversão dos procedimentos.”. Com fundamento, o técnico afirma ainda: “Eles compraram as terras antes da conclusão do estudo. Se as áreas compradas não são as indicadas para o plantio de eucalipto, a culpa não cabe aos técnicos.”. Na sequência (TAB. 2), veremos duas falas que se relacionam diretamente à referida inversão dos procedimentos:

TABELA 2
Inversão de procedimentos

CP, 13 abr. 2007. p. 22.	ZH, 26 abr. 2007, p. 22.
Para o presidente da Associação Gaúcha de Empresas Florestais (Ageflor), Roque Justen, o anúncio demonstra que os processos não estavam andando, já que as empresas viveiristas haviam divulgado que teriam de demitir funcionários caso não houvesse uma solução rápida. “O Estado precisa inspirar confiança. Se a Sema realmente começou a agilizar a liberação , é um ponto positivo, mas não podemos depender da pressão . (negrito nosso).	“Se não é possível fazer (<i>a fábrica</i>), não vamos fazer. Só queremos ser informados. O empreendedor está acostumado ao fato de que, quando uma negociação é fechada aqui em cima (<i>cúpula do governo</i>) seja coerente até embaixo (<i>órgãos públicos ambientais</i>). Recebi ontem (<i>terça-feira</i>) a informação de que a questão estava resolvida. Hoje (<i>ontem</i>) de manhã a prática não é nada do que havia sido informado. Isso tem se repetido. Acho que a Aracruz tem o direito de saber quais são as regras do Estado” – afirmou Nunes. (destaque em <i>itálico original</i> , negrito nosso).

FONTE: FANTE, 2017.

As tratativas das empresas de celulose com o Estado iniciaram no governo de Germano Rigotto (PMDB, entre 2003 e 2006). Em 2004, as entidades com assento no Consema, dentre elas, representadas pelas mesmas fontes menos ouvidas pelo jornalismo analisado (técnicos dos órgãos ambientais estadual e federal, professores e pesquisadores integrantes de universidades e/ou entidades ambientalistas), conseguiram incluir a silvicultura no sistema de licenciamento através da Resolução 084. No mesmo ano, a Sema publicou a Portaria 048 formando um grupo de trabalho para realizar o zoneamento ambiental da silvicultura. E, em 2005, a Portaria da Fepam 068 regulou os procedimentos para haver o licenciamento da atividade. Desta maneira, os dois instrumentos de gestão ambiental, o zoneamento e o licenciamento, atendiam o Código Ambiental do Estado, Lei Estadual 11.520/2000.

Em 2006, houve a chamada cooperação entre a Fepam e a Ageflor, através da qual a Associação influenciava na contratação de uma consultoria para a realização de estudos os quais serviriam à elaboração do futuro Zoneamento. E, em maio deste mesmo ano, a Fepam assinou com o Ministério Público Estadual (MPE) um Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta o qual definia a data da conclusão do Zoneamento para 31 de dezembro de 2006, e a submissão do documento à audiências públicas e aprovação do Consema até 31 de março de 2007. Enquanto isso, a Fepam poderia apenas emitir autorizações para as empresas, ou seja, os plantios arbóreos somente poderiam ser feitos em áreas de reforma de plantio ou já de uso agrícola. Isto significa que não poderiam ter sido feitos plantios em áreas de pecuária porque, ao contrário da insistência de representantes do agronegócio, não são área consolidada, são sim áreas de remanescentes de campos. Os plantios nas áreas localizadas na Faixa de Fronteira foram vedados.

Cumprindo o prazo acordado com o MPE, o Zoneamento Ambiental para a Atividade da Silvicultura (ZAS) no RS, trazia:

[...] uma série de mapas temáticos, resultante do levantamento de variáveis, selecionadas em função de sua inter-relação com o tema em estudo e um mapa de vulnerabilidade, indicando as áreas de alta, média e baixa restrição à atividade de silvicultura. Também faz parte deste documento uma matriz de vulnerabilidade, indicando as áreas mais críticas para os temas selecionados, e um conjunto de regras que devem ser respeitadas na implantação da silvicultura, específicas para cada unidade de paisagem identificada pelo zoneamento (SEMA, 2007, p. 6-7).

Entretanto, as empresas da celulose não aceitaram as definições do ZAS e realizaram diversos movimentos para “flexibilizar” as regras. Desde a criação de um grupo de trabalho com representantes das secretarias do governo e os integrantes das empresas para fazer os ajustes ao ZAS conforme o seu interesse até a campanha midiática, também através dos jornais analisados na pesquisa, para pressionar em favor da implantação da silvicultura ao seu modo. O que a imprensa repetia como “polêmico” ou “impasse” da silvicultura eram as principais regras estabelecidas pelo ZAS: índices de vulnerabilidade e de restrição para as unidades de paisagem, e limites quanto ao tamanho máximo dos maciços dos plantios arbóreos e os seus espaçamentos. Estes índices e limites eram a grande questão sobre a qual o discurso do desenvolvimento econômico sobrepujou os demais. O

ZAS só foi para a votação no Consema quando o documento atendeu as expectativas das empresas e demais defensores das monoculturas em dois atos: primeiro, em 18 de março de 2008, com a retirada dos índices e limites bem como com a aprovação desta alteração na sequência; segundo, em 09 de abril de 2008, com a votação de 19 conselheiros entre os 29 que teriam direito e aprovação de um documento regulador da atividade sem as restrições mais importantes.

As regras do ZAS não original valeram para o licenciamento da silvicultura até agosto de 2008, quando uma Ação Civil Pública na Justiça determinou a retomada das discussões no Consema e o estabelecimento de limites para o uso e ocupação do solo pela silvicultura. Um acordo em relação aos limites necessários para a atividade foi votado pelos conselheiros em 20 de novembro de 2009, ficando aprovada a Resolução Consema 227/2009¹⁷. Também ficou acordado que o documento seria revisto e atualizado a cada ano.

3 O olhar do Jornalismo Ambiental

Em diversas notícias, a substituição do Pampa pelas lavouras de árvores foi apresentada como sinônimo de desenvolvimento em contraposição a existência do campo nativo. Também pela predileção humana por áreas de florestas em comparação com áreas de campos (PILLAR, 2009), o jornalismo enquanto produtor e difusor de conhecimento tem o importante papel de distinguir essas atividades. O jornalista uruguaio Victor Bacchetta (2000, p. 18, tradução livre), conhecedor dos impactos da silvicultura no seu país, afirma que “o Jornalismo Ambiental considera os efeitos da atividade humana, desde a ciência e a tecnologia em particular, sobre o planeta e a humanidade”. Com este olhar, o autor enfatiza a importância das notícias na elucidação das implicações sociais, políticas, culturais e éticas.

As monoculturas de árvores exóticas baseadas em eucaliptos, pinus e acácias, segundo Vandana Shiva (2003), apenas se apropriaram do nome de uma atividade (a silvicultura) presente em comunidades florestais com o objetivo de renovar os bens naturais como água e alimento, já que a “silvicultura científica” visa a produção de madeira para a venda e a obtenção de celulose.

¹⁷ Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/zoneam_silvic.asp> Acesso em: abr. 2017.

Porto-Gonçalves (2006, p. 377-378) afirma que são “indústrias altamente poluidoras” as responsáveis pela silvicultura porque: se beneficiam dos solos ricos e baratos, e da intensa radiação solar no Brasil; abandonam os rejeitos provenientes dos insumos químicos e venenos utilizados na produção; e causam a perda da diversidade biológica pela poluição e devastação, e ainda, a perda da diversidade cultural com a expulsão das comunidades locais devido a concentração de terras.

As informações referentes ao negócio da celulose e também das empresas eram fornecidas na época da nossa pesquisa pela Associação Brasileira de Celulose e Papel (Bracelpa). Mas, em 2014 houve a união desta às outras associações, entidades estaduais e 60 empresas constituindo a Indústria Brasileira de Árvores (Ibá). Desde então, é a Ibá que representa e informa a respeito da “[...] cadeia produtiva de árvores plantadas, do campo à indústria, junto a seus principais públicos de interesse.¹⁸”. Não podemos deixar de destacar que, na primeira linha da apresentação institucional, não há menção às “florestas” plantadas como o jornalismo até a atualidade insiste em difundir e propagar equivocadamente.

A Aracruz era a empresa que ocupava o maior espaço em ambos os jornais, tanto através do número de notícias e de fontes ouvidas quanto pelo destaque do seu desempenho no mercado financeiro e os anúncios que cobriam até uma página inteira do CP e do ZH. A empresa que tinha adquirido a Riocell em 2003 (antiga Bourregaard cujos finlandeses desistiram do negócio que acabou mantido pelas mãos do governo militar brasileiro), divulgava o projeto de expansão da sua fábrica bem como dos hectares plantados graças à “aceitação social” traduzida por ela mesma como “licença social para operar” quanto pelo “projeto do governo estadual de florestamento da metade sul”¹⁹. Entretanto, a realidade era uma pouco diferente dessa propagada, já que a referida aceitação vinha mais dos governos (antes Germano Rigotto do PMDB entre 2003 e 2006, e na sequência, o de Yeda Crusius já referido neste trabalho) do que da vizinhança tanto da fábrica em Guaíba quanto dos moradores da Zona Sul de Porto Alegre que conheciam os impactos do funcionamento da mesma desde a sua implantação em 1971. Tanto que, a

¹⁸ Disponível em: <<http://iba.org/pt/entidade/introducao>> Acesso em: abr. 2017.

¹⁹ Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Download/CED/Projeto_Aracruz.pdf> Acesso em: abr. 2017.

duplicação da então Riocell enfrentou resistência popular através de manifestações públicas bem como a cobertura da imprensa na época denotou além de ao menos dois processos²⁰ na Justiça gaúcha.

A realidade também destoou da ênfase dada pelos jornais ao desempenho financeiro das empresas, principalmente a Aracruz (de todo o país), que em setembro de 2009 foi vendida à Votorantim Celulose e Papel (VCP) constituindo desta maneira a Fibria. União desfeita ainda em dezembro do mesmo ano, quando a fábrica gaúcha da Aracruz bem como os plantios arbóreos no Estado, passaram ao domínio da CMPC indústria chilena que nomeou a fábrica local de Celulose Rio-Grandense. O diretor Walter Lídio Nunes continua à frente dos negócios em Guaíba, tendo conseguido em 2015 completar o almejado projeto de expansão e o consequente e significativo aumento dos impactos da poluição ao lago Guaíba bem como à vizinhança da fábrica quadruplicada²¹ no município vizinho de Porto Alegre. Pesquisa recente revelou que a fábrica de Guaíba está entre as principais indústrias de alto potencial poluidor e que mais lançam efluentes industriais no lago Guaíba. Segundo Belmonte²², a vazão diária da indústria de porte excepcional é de 154.400 m³ o que corresponde a 93,4% do volume total autorizado pelo órgão ambiental (165.356 m³/dia).

²⁰ Em 1992 o processo 595021817 foi movido pela Agapan contra a Fepam e o Governo do Estado. O objetivo era garantir a retomada da audiência pública em Porto Alegre de discussão do projeto de duplicação da fábrica de celulose em Guaíba e a anulação da licença emitida pela Fepam. Houve uma liminar autorizando a retomada da audiência e a suspensão da duplicação da fábrica, mas a mesma acabou cassada pelo Tribunal de Justiça do RS. Já o processo 01192132320 refere-se a Ação Civil Pública de 1992 movida pelo Ministério Público Estadual (MPE) contra a Fepam e a Riocell. Visava garantir a apuração das responsabilidades por danos causados ao meio ambiente, a sua reparação e, também, a anulação do licenciamento da duplicação da fábrica. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jordi/guaibadados/2017/02/15/multadas/>> Acesso em: abr.2017.

²¹ A página em rede social “Não Somos Todos CMPC: Somos Todos Guaíba” divulga relatos dos moradores do entorno da fábrica construída em pleno Balneário Alegria, portanto em uma das praias do Lago Guaíba. Há registros de reclamações de moradores, devido ao barulho excessivo, ao mau odor e às partículas que se espalham sobre as proximidades da fábrica, na Fepam que sempre faz acordo com a indústria para a realização de ajustes e adaptações nos equipamentos. Há ainda registros individuais e cobertura da imprensa sobre acidentes que ocorrem com frequência desde a inauguração da nova fábrica, inclusive com funcionários feridos. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Não-Somos-Todos-CMPC-Somos-Todos-Guaíba-1029322380425774/?fref=ts>> Acesso em: abr. 2017.

²² Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jordi/guaibadados/2017/02/15/industrias/>> Acesso em: abr. 2017.

Conforme divulgamos na pesquisa, as três empresas estavam presentes em todos os biomas, mas a ênfase era na Mata Atlântica, Caatinga e Pampa, situação que cinco anos depois se agudizou devido presença também no Cerrado, Amazônia e áreas costeiras. Da mesma forma, com apoio dos governos, principalmente o federal por meio de recursos dos bancos públicos.

A VCP divulgava no período da pesquisa o projeto Losango, de construção de uma fábrica no RS, o qual acabou migrando para o Mato Grosso²³. E a sueco-finlandesa Stora Enso, por sua vez, manteve a união com a Fibria e está representada no Brasil pela Veracel²⁴ cuja fábrica se localiza na Bahia.

4 Algumas considerações

A pressão sofrida pelos técnicos dos órgãos ambientais do Estado, no sentido de fragilizar e precarizar o complexo procedimento administrativo do licenciamento ambiental, em benefício da instalação de fábricas de celulose e plantio de monocultivos arbóreos em pleno bioma Pampa (campestre), demarcou também o início de um período de desmonte da legislação ambiental. Pois, como previu um técnico durante um desabafo (“Se é para as empresas pedirem e levarem as licenças automaticamente, **não precisamos de um órgão de meio ambiente**”, CP, 01 mai. 2007, negrito nosso), o poder político e econômico dominante tem prescindido do papel das leis e dos órgãos ambientais. Tanto que, entre 2015 e 2016, testemunhamos a revogação e a alteração de artigos do Código Estadual de Meio Ambiente e do Código Florestal Estadual fragilizando a proteção ainda garantida pela Constituição Federal, além de ter sido autorizada a extinção da Fundação Zoobotânica do RS (responsável pelo Museu de Ciências Naturais, Parque Zoológico e Jardim Botânico).

Ao jornalismo, em especial do CP e do ZH, cabe mais do que nunca passar a valorizar o local, ou o que ainda resta da biodiversidade sulina. Em tempos de

²³ De acordo com o divulgado, a Fibria (VCP e Aracruz) possui fábricas localizadas em Três Lagoas (MS), Aracruz (ES), Jacareí (SP), e Eunápolis (BA) onde mantém a Veracel em Joint-Operation com a Stora Enso. Em sociedade com a Cenibra, opera o único porto brasileiro especializado em embarque de celulose, Portocel (Aracruz, ES). Os plantios arbóreos se situam em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul e Bahia. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/institucional/quem-somos/>> Acesso em: abr. 2017.

²⁴ Disponível em: <<http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/localizacao/>> Acesso em: abr. 2017.

mudança climática, a simplificação ou a omissão de resultados de pesquisas e demais informações sobre os impactos dos eucaliptos e/ou outras atividades tão degradadoras quanto, não pode ser aceita com o argumento econômico do desenvolvimento. A recusa da atenção às fontes locais ligadas aos saberes tradicionais e/ou técnico-científicos do Estado também reforça a urgência de uma mudança de atitude por parte dos veículos de comunicação.

Referências

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS (ANJ). **Os maiores jornais do Brasil de circulação paga, por ano. Ano 2015**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/maiores-jornais-do-brasil/>> Acesso em: abr. 2017.
- ARACRUZ. **Projeto de expansão no RS**. [slides]. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Download/CED/Projeto_Aracruz.pdf> Acesso em: abr. 2017.
- BACCHETTA, V. **Ciudadanía planetária**. Temas e desafios del periodismo ambiental. Federación Internacional de Periodistas Ambientales/Fundación Friedrich Ebert. Uruguay: 2000. 221p.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edição revista e atualizada. Portugal: Edições 70, Lda. Março de 2009. 281p.
- BELMONTE, R. V. Indústrias: Dados encontrados. **Site Guaíba Dados**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jordi/guaibadados/2017/02/15/industrias/>> Acesso em: abr. 2017.
- BRASIL. **Decreto nº 85.064, de 26 de agosto de 1980**. Regulamenta a Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979, que dispõe sobre a Faixa de Fronteira. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D85064.htm> Acesso em: abr. 2017.
- BUCKUP, Ludwig. **A monocultura de eucaliptos e a sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.nossofuturoroubado.com.br/portal/old/1006te%20mono.htm>> Acesso em: abr. 2017.
- FANTE, E.; HOEWELL, G. Fiscalização: Processos (situação) baixados no (Comarca) Tribunal de Justiça. **Site Guaíba Dados**. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/jordi/guaibadados/2017/02/15/multadas/>> Acesso em: abr.2017.
- FANTE, E. M. **As representações sociais sobre o Bioma Pampa no jornalismo de referência sul-rio-grandense**. 2012. 187f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.
- FIBRIA. **Quem somos**. Disponível em: <<http://www.fibria.com.br/institucional/quem-somos/>> Acesso em: abr. 2017.
- GUADAGNIN, D. L. et alii. Árvores e arbustos exóticos invasores no Pampa: questões ecológicas, culturais e socioeconômicas de um desafio crescente. In: PILLAR, V.P.; MÜLLER, S.C.; CASTILHOS, Z.; JACQUES, A.V.A. (Org.). **Campos sulinos: conservação e uso sustentável da biodiversidade**. Brasília: MMA, 2009. p. 300-316. Disponível em: <<http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/arquivos/Livros/CamposSulinos.pdf>> Acesso em: abr. 2017.
- INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES (Ibá). **Introdução**. Disponível em: <<http://iba.org/pt/entidade/introducao>> Acesso em: abr. 2017.
- MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução nº 237, de 22 de dezembro de 1997**. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. Diário Oficial da União, nº 247, de 22 de dezembro de 1997, p.

30.841-30.843. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=237>>
Acesso em: abr. 2017.

MOSCOVICI, S. **Natureza: para pensar a ecologia**. Tradução de Marie Louise T. de Beyssac e Regina Mathieu; coord. Edição brasileira de Maria D'Ávila e Tania Maciel. Rio de Janeiro: Mauad X: Instituto Gaia, 2007.

MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**. Tradução de Álvaro Cabral, da segunda edição francesa, publicada em 1976 pela Presses Universitaires de France, Paris, França, na série Bibliotheque de Psychanalyse. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1978. 291p.

NÃO SOMOS TODOS CMPC: SOMOS TODOS GUAÍBA. **Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/Não-Somos-Todos-CMPC-Somos-Todos-Guaíba-1029322380425774/?fref=ts>> Acesso em: abr. 2017.

PILLAR, V.P.; LANGE, O. **Os Campos do Sul**. Porto Alegre: Rede Campos Sulinos – UFRGS, 2015. 192p. Disponível em: <http://ecoqua.ecologia.ufrgs.br/Camposdosul/Campos_do_Sul_TELA.pdf>
Acesso em: abr. 2017.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. 461p.

REDE CAMPOS SULINOS. **Pesquisa registra recorde de espécies em Quaraí (RS)**. Fev. 2015. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/redecampossulinos/wordpress/wp-content/uploads/2015/03/Slide1.jpg>> Acesso em: abr. 2017.

SEMA. Conselho Estadual do Meio Ambiente. **Resolução nº 187, de 09 de abril de 2008**. Aprova o Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul. Diário Oficial do Estado, 11 de abril de 2008. In: Volume 1: Estrutura, Metodologia e Bases Técnicas. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/zoneam_silvic.asp> Acesso em: abr. 2017.

SEMA. Conselho Estadual do Meio Ambiente. **Resolução nº 227, de 20 de novembro de 2009**. Aprova alterações do Zoneamento Ambiental para a Atividade de Silvicultura no Estado do Rio Grande do Sul de que trata a Resolução CONSEMA nº 187, de 09 de abril de 2008 e dá outras providências. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/biblioteca/zoneam_silvic.asp> Acesso em: abr. 2017.

SHIVA, V. **Monoculturas da Mente**. Perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução: Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003. 240p.

VERACEL. **Onde estamos**. Disponível em: <<http://www.veracel.com.br/sobre-a-veracel/localizacao/>>
Acesso em: abr. 2017.